

A exploração das ruralidades na revalorização do espaço rural: estímulos ao desenvolvimento do turismo na Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS – Brasil

6.1_ Revalorización del espacio agrario latinoamericano en la economía global

Michele, Lindner¹; Ferreira, Enéas Rente¹; Souza, Marcelino de²

1 - UNESP - Rio Claro / 2 – UFRGS

Introdução

Ao longo das últimas décadas muitas foram as tentativas de definir o rural e o urbano. A partir dessas definições muitos estudiosos da área, ao definirem esses espaços, vistos primeiramente tão antagônicos entre si, passaram também a definir as características culturais de seus habitantes, como se o local da residência os condicionasse a determinado comportamento. Essa concepção tradicional do rural como o lugar do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não pode mais ser tida como absoluta. Tanto o rural como o urbano tem passado por grandes transformações que fazem com que estes espaços tenham características distintas dessa visão ultrapassada.

O processo de modernização da agricultura, seguido pela explosão das facilidades do acesso aos meios de comunicação, transformaram profundamente a realidade do meio rural. Dessa forma, Wanderley (2001), destaca, que a sociedade brasileira parece estar tendo um novo olhar sobre o rural, antes visto como uma fonte de problemas, passa a apresentar indícios de ser também portador de “soluções”, com o crescimento da busca por um maior contato com a natureza e o aprofundamento das relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

Essas características tidas como eminentes do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia e economia desses locais. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam de acordo com Moreira e Gaviria (2002), a articulação entre as noções de rural e de identidade social.

Assim como o conceito de urbanidade o conceito de ruralidade, segundo Candiotto e Corrêa (2008), tem sido trabalhados como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, tanto socioculturais, como econômicas e/ou políticas.

Dessa forma, no “novo rural brasileiro”, muitos habitantes da área rural, devido as dificuldades de reprodução sócio-econômica, passam a exercer concomitantemente com as atividades agrícolas, atividades não-agrícolas como forma de manter a permanência no campo, nesse caso as novas ruralidades representariam uma forma de valorização do rural.

Nessa perspectiva, entre essas novas atividades no campo estaria o turismo rural, o qual é apresentado pelos órgãos públicos como uma das possíveis soluções para o aumento da renda de habitantes de áreas rurais, assim como um agente que pode ter grande contribuição para o desenvolvimento local. Esse tipo de atividade vem sendo muito estimulada nos últimos anos no Brasil por órgãos públicos, como é o caso do exemplo que será analisado nesse estudo.

Portanto, nesse artigo busca-se fazer uma análise de como as ruralidades vem sendo abordadas como produto turístico em nove municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul, a chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana.

A evolução dos conceitos de espaço rural e espaço urbano

Ao longo de muitas décadas vários estudiosos dedicaram-se a tentar conceituar e caracterizar o espaço rural e o espaço urbano. Abordar a evolução desses conceitos em estudos de ruralidades representa um elemento de fundamental importância para se entender como surge no contexto acadêmico o termo ruralidade, assim como o termo urbanidade.

Partindo para essa análise observa-se que mesmo com as profundas mudanças ocorridas no campo pós-modernização da agricultura e com as novas configurações que a cidade passou a assumir, com a descentralização das indústrias, ainda pode-se encontrar implícito em muitos discursos as interpretações clássicas dos conceitos rural e urbano. Essa distinção mostra esses dois espaços como espaços antagônicos, sendo o rural o sinônimo do atraso e o urbano o sinônimo do moderno.

Essa concepção pode ser evidenciada no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), onde esses autores procuram delinear as diferenças fundamentais entre o rural e o urbano, buscando uma definição sociológica desses dois espaços. Segundo os autores essa definição deveria ser uma definição composta, ou seja, a combinação de vários traços típicos e não levando em conta apenas uma característica.

Na concepção de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), entre o rural e o urbano existiriam nove diferenças fundamentais: as diferenças ocupacionais, as quais gerariam outras diferenças. Nesse caso o habitante do rural estaria ocupado com a agricultura, ou seja, a coleta e cultivo de plantas e animais; as diferenças ambientais, nas quais os trabalhadores rurais trabalhariam mais ao ar livre em contato com a natureza, ao contrário das populações urbanas que estariam em um ambiente artificial da cidade; as diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a porcentagem da população ocupada na agricultura; as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, nas quais as populações das comunidades rurais tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais; as diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social, na qual população do campo seria mais homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social; as diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; as diferenças na direção da migração, pois correntes de população indo do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo; as diferenças no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém estes seriam mais diretos e duradouros do que os dos moradores da cidade.

Analisando as diferenças colocadas por Sorokin, Zimmerman e Galpin, Solari (1979), ressalta que existem populações rurais, como do tipo fronteiro, que são mais heterogêneas que populações urbanas de cidades do interior de certos países e que esses critérios diferenciais não são válidos para todos os casos.

Assim, para Solari (1979) seria preciso distinguir a teorização sobre a sociedade rural, como ela se apresenta nas sociedades pré-industriais ou subdesenvolvidas e nas industriais. Segundo o autor nas industriais existiria a tendência de se acentuar o processo de urbanização da vida rural, ocorrendo uma fuga do centro da cidade e uma profunda transformação na sociedade rural, na qual o agricultor tenderia a se dirigir a uma mercado cada vez mais extenso, convertendo-se em um empresário.

Dessa forma, a concepção clássica, da dicotomia do rural e do urbano apresentada por Sorokin, Zimmerman e Galpin, onde esses dois espaços são vistos como opostos passa a sofrer objeções. Essas objeções partem da observação de que entre o meio rural e o urbano existiria uma gradação infinita, em outras palavras um *contínuo* (SOLARI, 1979).

Portanto, não poderia existir apenas o rural e o urbano sem algo que intermediasse essa relação, existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois aspectos. Nesse sentido Wandelely (2001), coloca que a vertente do continuum rural-urbano refere-se a uma relação que aproxima e integra esses dois pólos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Segundo a autora, nessa concepção “o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (Wanderley, 2001, p.33).

Assim, percebe-se já nesse discurso, que a vertente do continuum ressalta a mudança das relações entre esses dois espaços, tornando-os cada vez mais próximos e deixando de ser opostos, porém não preconiza o fim das áreas rurais.

Da mesma forma, ao referir-se ao possível fim das áreas campestres, devido a urbanização implacável, Biazzo (2007) coloca que alguns autores a partir do fim dos anos 80 do século XX, já verificavam situações de recuperação do dinamismo de espaços tidos como rurais, contrariando a idéia do fim dessas áreas.

“Em espaços próximos a grandes cidades dos países centrais e, também, semiperiféricos, a população residente no campo começou a se inserir no mercado de trabalho de atividades turísticas, na medida em que a população da cidade, principalmente e da metrópole evoluída, hipertrofiada, vem procurando se recolocar em contato com a natureza e a tranquilidade esvaídas do ambiente metropolitana” (BIAZZO, 2007, p.13).

Assim, nas últimas décadas tem se destacado uma nova percepção do campo, relativo a um modo de vida “alternativo” e ambientalmente sustentável, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que se dirigem ao campo (BIAZZO, 2007).

Nesse sentido, Candiotto e Corrêa (2008) destacam a urbanização física do rural, apresentada por Graziano da Silva através do conceito de *rurbano*, com a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não-agrícolas.

Essas atividades não-agrícolas fazem com que o rural assuma novas funções. Dentre as “novas funções” do campo que ganham cada vez mais destaque estão as atividades de lazer, como o turismo em área rural, o qual busca um maior contato com a natureza, resgate as tradições culturais de determinadas áreas e valorização dos costumes da vida rural. Essas atividades geralmente se manifestam em rotas turísticas e em eventos festivos de pequenos municípios, ocorrendo tanto em áreas rurais como urbanas.

O conceito de ruralidades

Analisando o discurso sobre o “novo rural” nos remetemos a um rural como sinônimo de natureza, ar puro, alimentos saudáveis, relações pessoais mais próximas, entre outros aspectos que simbolizam uma melhor qualidade de vida. A partir disto, torna-se necessário buscar referências sobre o tema, para definir o que são as ruralidades, as quais podem ser encontradas tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos.

Dessa forma buscou-se o trabalho de Candiotta e Corrêa (2008), que ao discorrerem sobre o conceito de ruralidades colocam que este, está assentado em duas correntes de interpretação. Segundo a pesquisa dos autores, uma das correntes coloca as ruralidades como realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005, *apud* CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p.233).

Assim, nesse caso, o que permitirá falar em ruralidades são as articulações entre as noções de rural e de identidade social, relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e sua comunicação direta, face a face (MOREIRA; GAVIRIA, 2002).

Mesmo representando as relações específicas dos habitantes do campo, Carneiro (1998 *apud* CANDIOTTO E CORRÊA, 2008) coloca que a ruralidade não é definida como oposição a urbanidade, ela é um processo dinâmico em constante reestruturação de valores locais, hábitos e técnicas, incorporados a partir da relação entre campo e cidade.

Segundo Candiotta e Corrêa (2008), além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que vende o rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável. Assim como a população rural possui urbanidades devido a incorporação dos valores urbanos, seja por meio da televisão ou da internet. Nesse sentido, os autores citam Lima (2005), que coloca que existem elementos da ruralidade no urbano, assim como da urbanidade no rural.

Ao encontro disso, Biazzo (2007, p. 19), que acredita ser mais conveniente chamar campo e cidade de campestres e citadinos, ressalta que:

“(...) em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais”.

Dessa forma, essa corrente de pensamento demonstra que tanto as ruralidades, quanto as urbanidades, podem estar presentes em qualquer espaço, pois referem-se a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações, ou seja, elementos característicos desses espaços que ocorrem não necessariamente apenas neles.

A outra corrente vê a ruralidade como uma processo de valorização do rural, a qual vem sendo disseminada por instituições globais através de financiamentos e políticas públicas. Essas instituições defendem o discurso da redução da pobreza e desigualdades sociais, porém segundo Candiotta e Corrêa (2008), está implícito nesse discurso a ampliação das relações capitalistas, através de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural. “Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela

população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder” (CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p.232).

Essa corrente da ruralidade busca demonstrar novas possibilidades de geração de emprego e renda para os habitantes do campo, o que pode ser traduzido pelo “Novo rural Brasileiro”. Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2000), em meados dos anos 1980 ocorre a emergência de uma nova conformação no meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorria em países desenvolvidos. Nesse contexto, os autores colocam que a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo das famílias rurais e as atividades agropecuárias não respondem mais pela maior parte da renda da população rural. Dessa forma, o espaço rural tem sido foco de valorização para atividades não-agrícolas, tanto na instalação de indústrias quanto para a exploração das atividades de lazer.

“A procura pelas áreas rurais não é exclusividade das indústrias. Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas”. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000:166)

Com base nesse discurso, muitos órgãos governamentais, em especial estaduais e municipais, vem incentivando pequenas comunidades rurais a implantar atividades de turismo, através de projetos que visam o incremento de renda a famílias rurais e desenvolvimento local.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana e o turismo em área rural

A área analisada nesse estudo é a da chamada Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Assim para a análise das ruralidades como produto turístico nessa região, foram analisados documentos técnicos, trabalhos científicos, folders turísticos, assim como a realização de observações durante visitas nesses municípios.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana é formada por um conjunto de sete pequenos municípios, levando-se em conta características histórico-culturais. Esses municípios foram colonizados por imigrantes italianos que chegaram a esta porção do território gaúcho no final do século XIX, sendo oriundos, em grande parte do norte da Itália, das regiões de Vêneto, Buia e Montava (SPONCHIADO, 1996). Além dos municípios que compõe a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, somam-se a este estudo os municípios de Agudo e Restinga Seca, os quais devido suas características econômicas e de localização são representativos para a Região, muitas vezes tornando-se integrantes de projetos de desenvolvimento visando a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Essa Região localiza-se na porção Central do estado do Rio Grande do Sul, formada por vales encaixados que formam o Rebordo do Planalto Meridional (Serra de São Martinho), entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica Central do Rio Grande do Sul (Figura 1).

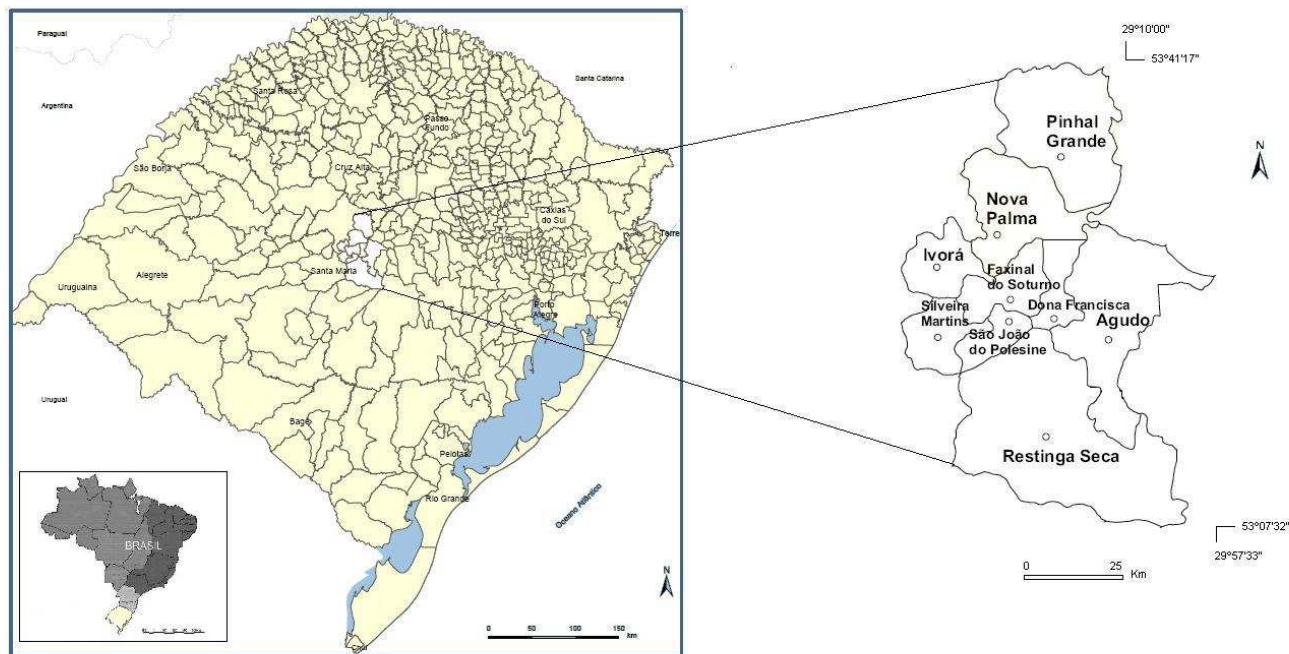


Figura 1 – Localização dos municípios da região da Quarta Colônia e dos municípios de Agudo e Restinga Seca em relação ao estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2003.

Adaptação: Michele Lindner.

Esses pequenos municípios têm sua economia baseada no setor primário, com destaque para as culturas de arroz, batata, fumo, milho, soja feijão e frutas, e as criações de suínos, gado de corte e de leite e aves. Essas atividades são desenvolvidas tendo como força de trabalho a família dos proprietários (NARDI, 2007).

As propriedades rurais são em geral pequenas unidades produtivas (em média 20 hectares por unidade familiar, minimizada ainda mais, dada a topografia que em sua grande maioria dificulta o cultivo agrícola), trata-se de uma agricultura com reduzida dimensão de exploração, que visa principalmente o autoconsumo e o abastecimento de mercados locais.

Outra característica dessa região é a permanência da população na área rural. Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, pouco mais da metade da população desses municípios ainda reside na área rural. Destaca-se que das nove cidades analisadas, apenas três delas, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Restinga Seca, possuem população urbana superior a rural.

Tabela 1: População da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS

Município	Pop. Urbana (2004)	Pop. Rural (2004)	Pop. Total (2004)
Agudo	6.588	11.426	18.014
Dona Francisca	2.568	1.449	4.017
Faxinal do Soturno	4.343	2.417	6.760
Ivorá	737	1.577	2.314
Nova Palma	2.979	3.391	6.370
Pinhal Grande	1.742	3.095	4.837
Restinga Seca	9.338	7.786	17.124
São João do Polêsine	1.209	1.595	2.804
Silveira Martins	1.122	1.364	2.486
Total	30.626	34.100	64.726

Fonte: RS Virtual, 2008.

De acordo com Villagran (2002), até os anos 50/60 essa região apresentava uma exploração baseando-se nos sistemas tradicionais de cultivo. A partir do final dos anos 60 e 70 houve um processo de modernização da agricultura conduzindo a graves problemas sociais e ambientais.

A partir da década de 80, quando os problemas se acentuaram foram criados vários projetos, principalmente de cunho cultural e ambiental, tentando valorizar o patrimônio cultural, natural e histórico e encontrar saídas para a crise que atingia todos os municípios. Apesar da existência dos mesmos, “em nenhum momento foram construídas alternativas (políticas e programas de desenvolvimento rural) que fossem capazes de gerar emprego e renda, conciliando desenvolvimento social com preservação ambiental” (Itaqui, 2002, p.23).

Foi nesse processo que no ano de 1995 foi criado o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS” (PRODESUS), no qual estava contido entre outros, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental. Esse projeto é parte integrante do projeto de desenvolvimento integral voltado as especificidades culturais e turísticas locais, o qual foi instituído no ano de 1995, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, o qual incentivou a criação do Consócio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) entre os municípios da Quarta Colônia e os municípios de Agudo e Restinga Seca.

Dessa forma o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental englobou tanto os municípios pertencentes a Quarta Colônia de Imigração Italiana, quanto os municípios de Agudo e Restinga Seca, aos quais o projeto propôs além da implantação de vários roteiros turísticos rurais (Figura 2) a integração dos envolvidos, tentando promover arranjos produtivos intermunicipais. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE-RS) e conforme Souza (2007:14):

“As ações do projeto de turismo visam fortalecer os arranjos produtivos locais e intermunicipais com o objetivo de capacitar e formar os dirigentes das agroindústrias, os artesãos, os floricultores, os proprietários das agências de turismo e os empreendedores que comporão os roteiros”.

Os roteiros religiosos integrando um ou mais municípios são os que mais destacam-se nessa Região. Esses caminhos englobam passagens por capelas, igrejas, plantações, antigos casarões, agroindústrias, enfatizam a gastronomia da Região ligada a imigração

italiana, suas motivações de fé e hábitos culturais, que remontam aspectos da infância ou dos antepassados (SOUZA, 2007).

Ao analisar relatório técnico sobre as “Demandas e Perspectivas do Turismo nos Municípios da Região da Quarta Colônia - RS”, pode-se constatar que mesmo o turismo rural sendo uma atividade incentivada pelos órgãos governamentais desses municípios, seus incentivos tem sido focados ao desenvolvimento do artesanato e agroindústria, deixando de lado aspectos estruturais voltados a atividade turística. Os órgãos municipais ao realizar benfeitorias estruturais nas vias de acesso e interior dos municípios o fazem direcionadas as atividades agrícolas.

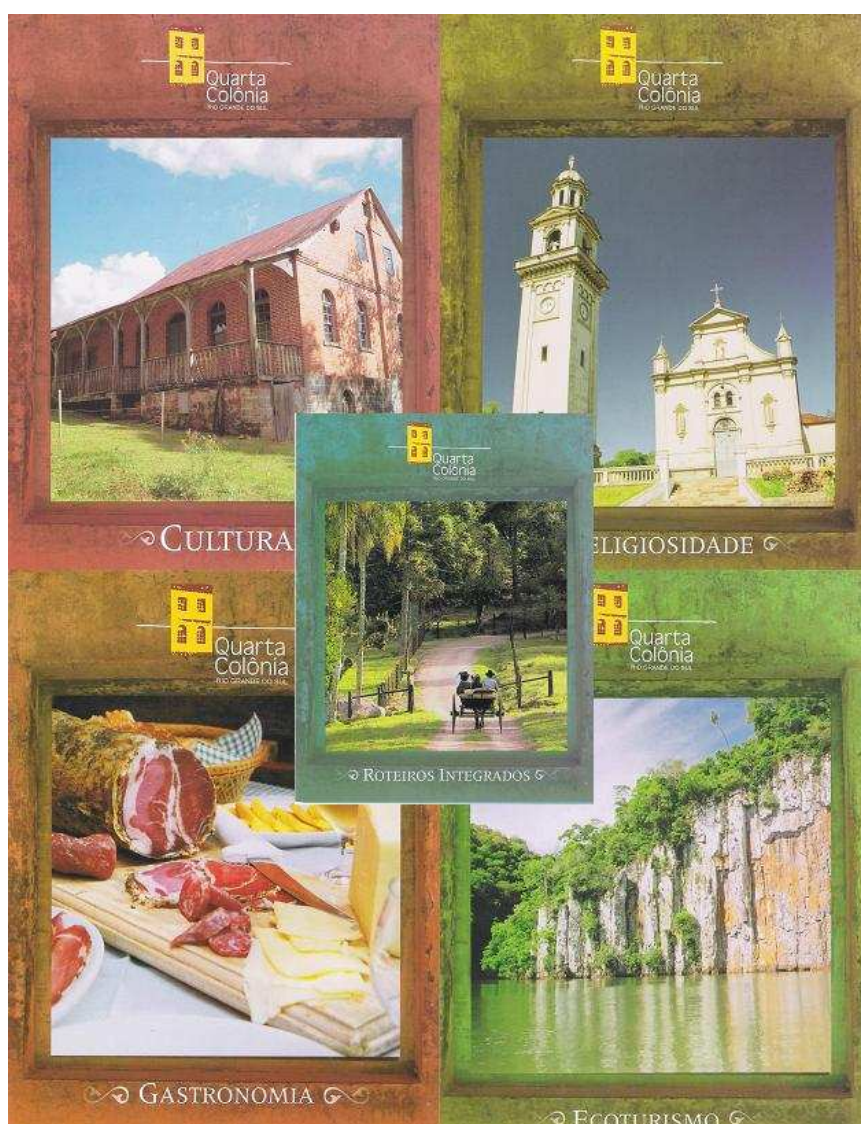


Figura 2 – Folders turísticos dos Roteiros da Quarta Colônia de Imigração Italiana

No que se refere aos canais de incentivos legais para a promoção do turismo na Quarta Colônia, segundo Souza (2007) em linhas gerais os municípios utilizam formas

generalistas para a promoção e atração de investimentos, como divulgação de eventos, empréstimos de maquinários para benfeitorias nas propriedades, publicação de empreendimentos na folharia dos municípios ou então agilidade aos tramites legais de projetos na instância municipal. Outra forma de apoio institucional destacado foi a participação conjunta da região em eventos regionais, estaduais e até nacionais e parcerias com instituições financeiras e com a Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS).

No que se refere a melhorias na infra-estrutura relacionada ao turismo, desatacam-se iniciativas baseadas na melhoria da infra-estrutura de recepção e de organização dos espaços culturais, como benfeitorias em museus, qualificações de pessoal, criação de espaços destinados às promoções culturais - casas de cultura (SOUZA, 2007). Contudo, ressalta-se a necessidade de outras melhorias estruturais, como as estradas de acesso, fator de grande importância para o sucesso de atividades turísticas. Essa carência nos municípios da Quarta Colônia pode ser verificada na Tabela 2, que demonstra o resultado de pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria, entre os anos de 2006 e 2007.

Tabela 2: Dificuldades encontradas para ter acesso ao local de destino

DIFICULDADES	N	(%)
Nenhuma dificuldade	163	63,9
Estradas	49	19,2
Sinalização	18	7,1
Distância ao local	12	4,7
Informações, guias ou folder turístico	7	2,7
Disponibilidade de transporte	5	2,0
Hospedagem	4	1,6
Receptivos	1	0,4
NS/NR	8	3,1
BASE	255	-

Fonte: SOUZA, 2007.

De acordo com os dados apresentados, destaca-se que entre os turistas que encontraram dificuldades de acesso ao local de destino, a mais citada pelos informantes foi as estradas, seguida pelas sinalizações. De acordo com Souza (2007), esses problemas já haviam sido detectados na primeira etapa da pesquisa, sendo que existem municípios que fazem parte desses roteiros integrados que se situam muito distantes uns dos outros, com estradas em péssimas condições e pouco sinalizadas.

Outra característica que merece destaque é o tempo de permanência dos turistas no local visitado. Conforme demonstram os dados da Tabela 3, mais da metade dos turistas consultados não iriam permanecer no local mais que 12 horas.

Tabela 2: Tempo de permanência dos turistas nos destinos

Tempo de permanência	N	(%)
Menos de 6 horas	85	33,3
Até 12 horas	48	18,8
1 (uma) noite	32	12,5
2 (duas) noites	38	14,9
3 (três) noites	18	7,1
Mais de 3 (três) noites	34	13,3
Total	255	100,0

Fonte: SOUZA, 2007.

Esses dados referentes a permanência dos turistas no local visitado, nos remete a dois aspectos. O primeiro dele refere-se as carências de hospedagem apresentadas pela região da Quarta Colônia, na qual a oferta de empreendimentos de hospedagem é reduzida sendo em alguns municípios inexistente. A outra característica refere-se a procedência dos turistas que visitam o local, sendo que grande parte destes residem em municípios próximos aos municípios da Quarta Colônia e em muitos casos em alguns municípios que fazem parte dessa Região. Esses dados são comprovados no estudo de Souza (2007), que demonstra que, dos turistas consultados em sua pesquisa, 85% do total tinham gasto menos de três horas de viagem para chegar ao atrativo turístico.

Portanto, a partir dos dados apresentados percebe-se que a atividade turística na Quarta Colônia de Imigração Italiana apresenta algumas deficiências estruturais, as quais fazem com que se torne difícil a exploração das ruralidades como atrativo a visitantes provenientes de locais mais distantes e com menos conhecimento sobre os locais a serem visitados.

Considerações finais

A exploração das ruralidades ao longo das ultimas décadas tornou-se um grande atrativo para os habitantes das cidades que vêm em busca de ar puro, maior contato com a natureza, alimentos mais saudáveis e um maior contato com os costumes da vida rural.

Embora seja de grande valia iniciativas governamentais para a atividade turística em área rural, existem outros aspectos além da existência de ruralidades, que merecem atenção, para o pleno desenvolvimento da atividade turística. É necessário que os órgãos governamentais deixem de agir apenas como incentivadores da exploração do “Novo Rural” e passem a agir também como promotores, investindo em melhorias para que se possibilite o desenvolvimento da atividade turística.

Dessa forma, para que a exploração do espaço tenha êxito, é necessário que se observem características como a localização geográfica do local a ser implantada a atividade turística, pois se não existir um grande centro urbano nas proximidades, o público será menor. No caso estudado, este é um outro agravante para o sucesso da atividade turística na Quarta Colônia de Imigração Italiana, a falta de um grande centro promotor de demanda. Nesse caso, torna-se de fundamental importância a atuação dos órgãos governamentais, promovendo uma boa infra-estrutura de estradas e sinalizações para que um turista possa chegar nos atrativos a partir de informações que constem nos folderes turísticos e demais canais de divulgação dos roteiros.

Além disso, a infra-estrutura de hospedagem é muito importante para que o turista possa permanecer no local e vivenciar os hábitos da vida rural. Esse elemento assume um

grande destaque em roteiros turísticos integrados que demandam de tempo para que se visitem todos atrativos.

Também é necessário que haja vontade e envolvimento das comunidades para o trabalho em cooperação. Muitas vezes essa nova atividade é de difícil aceitação para a comunidades de regiões tradicionais, principalmente para os habitantes mais idosos que tem mais dificuldade em aceitar o “novo”, na perspectiva de uma nova fonte de renda.

Portanto, é necessários que sejam observados diversos elementos, e que haja envolvimento entre comunidade local e órgãos promotores da atividade turística, só assim as novas atividades no meio rural poderão contribuir para a revalorização desse espaço e para o desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

BIAZZO, Pedro Paulo. CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Capturado de: < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>, em 12/06/2008.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. In: IAPAR (org.). **Ocupações Rurais Não-Agrícolas: anais: oficina de atualização temática**. Londrina: IAPAR, 2000, v. I, p. 165-173.

ITAQUI, J. **Quarta Colônia: Inventários Técnicos**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia. 2002. 256p.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 47-721, abril 2002. Capturado de: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>>, em 11/06/2008.

NARDI, O. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. Divisão Municipal 2003. In: **Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP. Capturado de < <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>>, em 16/10/2008.

RS VIRTUAL. **Municípios Gaúchos**. Capturado de: <<http://www.riogrande.com.br/municipios/default.htm>>, em 11/06/2008.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZWRESCSANYI, T.; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1979. p. 03-14.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma. Santa Maria: Palloti, 1996. 351p.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981. p. 198-224.

SOUZA, M. de. (Org.). **A demanda e as perspectivas do turismo nos municípios da Microrregião da Quarta Colônia – RS**. Porto Alegre: Edital FAPERGS PROCOREDES II, 2007. (Relatório Final de Pesquisa).

VILLAGRAN, A. **Rede de Produção e Comercialização de Produtos Agroecológicos**. 01/01/2002. Capturado de: <www.interactionsonline.com/page_archive.php?id_news=37&filtre_visu=0&pr=>>, em: 25/07/2005

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Capturado de: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html>>, em 11/06/2008.